



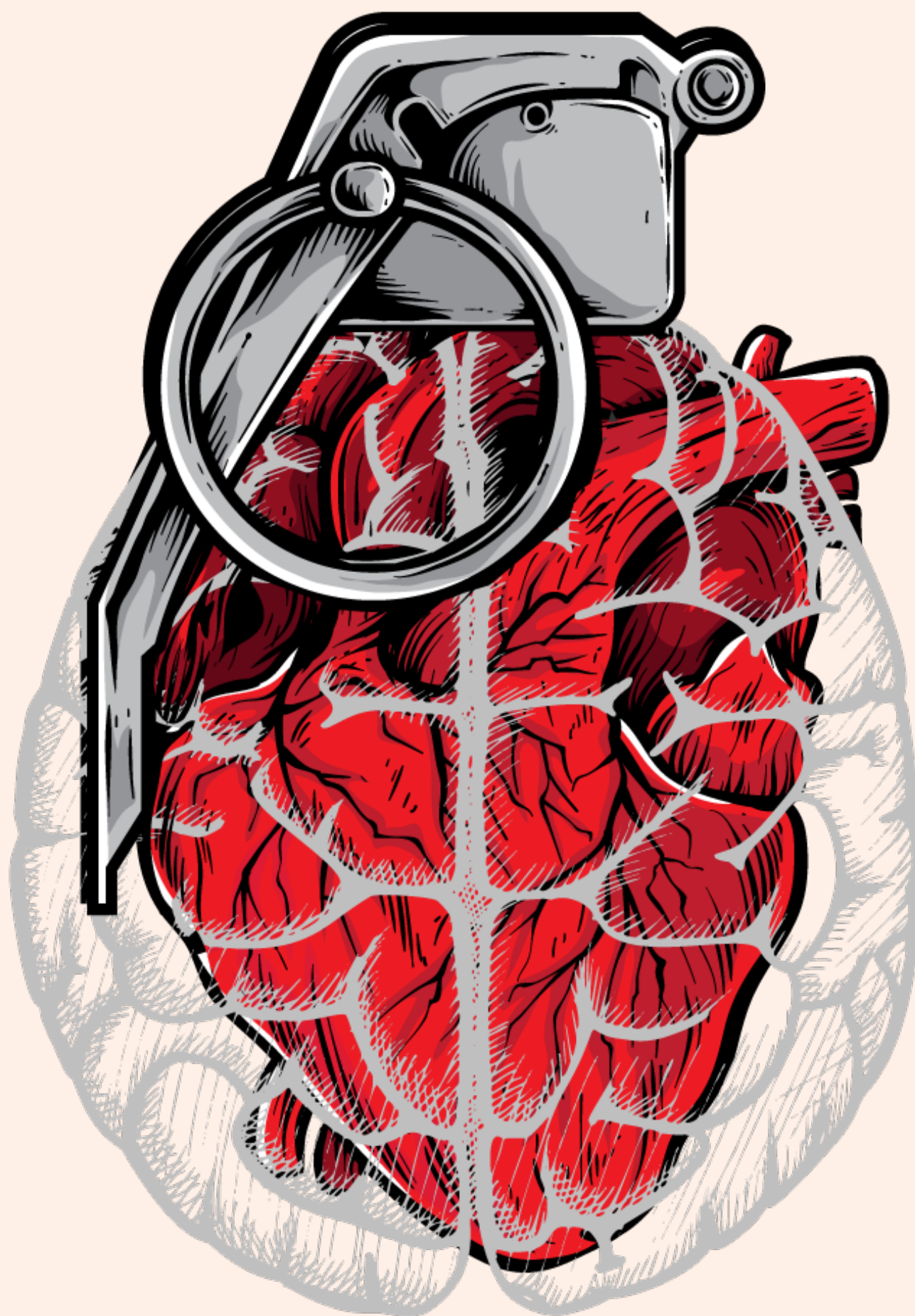
INJUSTIÇA

“Cortar a insalubridade é penalizar ainda mais o cientista. Técnicos e professores da UFRJ seguem correndo riscos. Aliás, alguns riscos aumentaram. Para chegar ao laboratório, tenho que passar pelo setor de testagem da Covid-19”

PEDRO LAGERBLAD,
Professor Titular
Página 5

COMUNIDADE ACADÊMICA DEBATE RESOLUÇÃO DO TRABALHO REMOTO

Páginas 3, 4 e 5



GRANADAS NÃO CABEM NO BOLSO DOS PROFESSORES

Páginas 2, 5 e 6

EDITORIAL

A NOSSA BATALHA É PELA VIDA

DIRETORIA

Enquanto fechávamos a edição passada do nosso jornal, ia ao ar a gravação da fatídica reunião ministerial de 22 de abril. O maior paradoxo da recepção daquelas imagens foi termos a sensação de que ali não havia nenhuma novidade, acompanhada de um verdadeiro horror pela confirmação indiscutível do que temos dito desde que o governo Bolsonaro tomou posse: somos nós o seu inimigo. E o ministro da Economia não hesitou nem um segundo para dizer que estava tudo bem, pois já havia colocado em nossos bolsos uma granada. A tônica da reunião ministerial seguia o líder: tiro, porrada e bomba. No decorrer da semana, a gravação foi sendo digerida e suas consequências foram sendo percebidas. O inacreditável aconteceu, porque em tempos normais não se concebe que uma decisão praticamente unânime do Senado, que confirmou a decisão do Congresso de colocar os profissionais da educação ao lado dos profissionais da saúde, excluindo-os do congelamento dos salários dos servidores públicos, fosse vetada pelo presidente da República. Não há surpresa, porque é dessa forma que temos sido tratados desde a sua posse, mas é grave sinal de desprezo pela democracia. Da balbúrdia às plantações de maconha, as universidades públicas brasileiras vêm sendo alvo dos mais torpes ataques de quem ocupa o cargo de ministro da Educação. Entretanto, os cortes de verbas orçamentárias e suspensão de benefícios não foram capazes de silenciar a pesquisa científica nem mesmo impedir a assistência à saúde da população. Junto com a Fiocruz e tantas outras instituições de pesquisa no país, foi possível construir ações, produzir dados e enfrentar uma verdadeira guerra contra o negacionismo presidencial.

Sim, durante a semana ficou evidente que a guerra não é retórica. Ela está sendo anunciada, preparada... E só há uma grande tarefa para todos nós: é preciso deter essa máquina de destruição na qual se transformou o governo federal. E se eles estão se preparando, nós também precisamos nos preparar. Se a pandemia exige o nosso distanciamento social, a defesa da democracia e da vida nos obriga a construir laços mais fortes de solidariedade e unidade política. Não fugiremos ao nosso dever histórico. A última sessão do Conselho Universitário já demonstrou que teremos energia e coesão interna para isso. Após duas semanas de intenso debate e muitas divergências, o colegiado máximo da UFRJ se debruçou de forma colaborativa e responsável sobre a Resolução que irá orientar o trabalho na universidade durante a pandemia. Seriedade, senso de justiça, equilíbrio, respeito à legislação e fortalecimento da autonomia universitária: não houve quem desafinasse ou fugisse a esse diapasão. O caminho pode ser mais difícil e demorado, mas a UFRJ mais uma vez respondeu com o

O inacreditável aconteceu, porque em tempos normais não se concebe que uma decisão praticamente unânime do Senado, que confirmou a decisão do Congresso de colocar os profissionais da educação ao lado dos profissionais da saúde, excluindo-os do congelamento dos salários dos servidores públicos, fosse vetada pelo presidente da República.

Construiremos uma saída ética e política, que não abandone os estudantes, que responda com criatividade e responsabilidade e firmeza, sem abrir mão da qualidade do ensino.



aprofundamento da democracia e o fortalecimento das decisões colegiadas.

Os dias estão difíceis. O país caminha para a vergonhosa marca de 30.000 mortos e 500.000 contaminados pelo coronavírus, com ministro da Saúde interino. Não descansaremos um só dia, ainda que já comecem a ensaiar uma nova campanha contra a universidade, tirando o fantasma do Future-se, que havia sido recolhido ao armário, e voltando à carga com a farsa de um ensino à distância como panaceia para resolver a grave crise que enfrentamos, e enfrentaremos daqui para frente. Assim como não compramos a cloroquina, não cedemos a um projeto de precarização de nosso trabalho e barateamento da formação de nossos estudantes. A diretoria da AdUFRJ compreende a necessidade da construção de novos métodos e soluções que utilizem plataformas digitais, sistemas on-line, programas e aplicativos diversos. Essa nova realidade será enfrentada com a mesma dignidade e coerência que demonstramos na regulamentação do trabalho remoto: haverá divergências, embates, discussões. Construiremos uma saída ética e política, que não abandone os estudantes, que responda com criatividade, responsabilidade e firmeza, sem abrir mão da qualidade do ensino.

#FORA BOLSONARO MOBILIZA SERVIDORES

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Servidores federais realizaram em várias cidades do país atos simbólicos em defesa dos serviços públicos, contra cortes de salários e contra o governo Bolsonaro. A iniciativa foi organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, do qual o Andes faz parte.

No Rio, o ato aconteceu às 10h, nas escadarias da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, e seguiu as recomendações de dis-

tanciamento social preconizadas pelas autoridades sanitárias. Não houve aglomerações e a ação foi encerrada em pouco tempo.

Também participaram movimentos sociais, como MST e MTST. Além da defesa dos serviços públicos, os manifestantes protestaram contra a ausência de políticas públicas de combate efetivo à pandemia. E contra as operações policiais que resultaram em mortes de moradores de favelas nas últimas semanas.

Em Niterói, a manifestação foi realizada às 8h, no terminal das barcas. Na cidade, o mote prin-

cipal do protesto foi a crítica à reabertura das atividades comerciais, mesmo sem indícios de que a pandemia está sob controle.

Também houve protestos em Belém, capital do Pará, em São Luís, no Maranhão, e em Brasília.

“Nosso grito, em meio ao ‘silêncio’ das ruas, é para demonstrar que resistiremos e faremos enfrentamento a esses governos e suas ações genocidas”, afirmou Mariana Trotta, vice-presidente da Regional Rio do Andes, uma das organizadoras da atividade.



CINELÂNDIA Manifestantes denunciam atos genocidas do governo

“Estamos presos em casa e cercados de incertezas”

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Já são mais de dois meses em isolamento social com mudanças profundas na rotina. Estamos distantes de nossos locais de trabalho, transformamos nossas casas em escritórios, suspendemos os encontros com amigos e familiares, nossos filhos não vão para a escola. A vida social e profissional agora está confinada em aparelhos eletrônicos. O trabalho dobrou, as incertezas triplicaram e a saúde mental está por um fio.

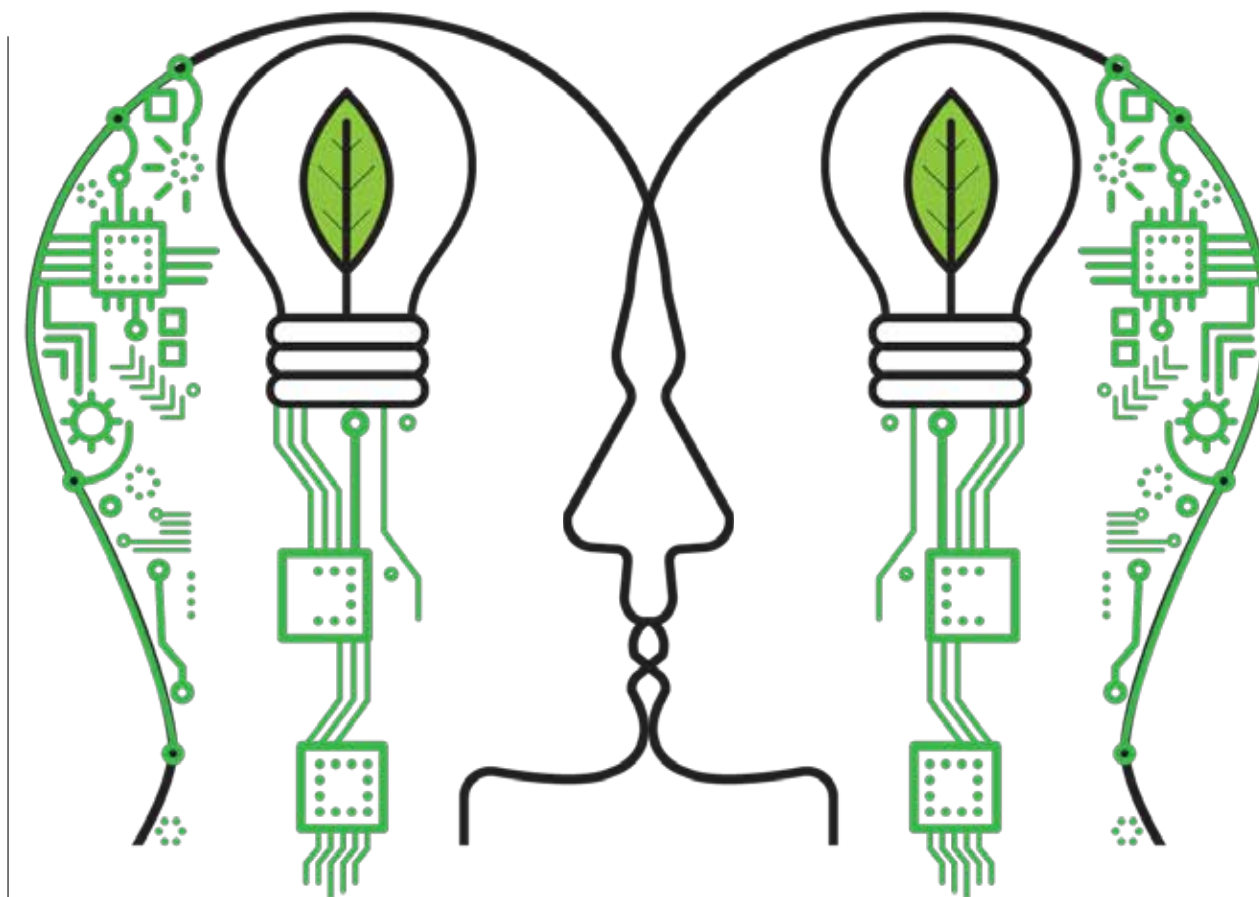
“Há uma série de consequências, a começar pelo aumento da ansiedade, que altera o ritmo da vigília e do sono e leva muita gente a trocar o dia pela noite”, explica a professora Maria Tavares Cavalcanti, professora do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFRJ. “É importante construir uma nova rotina”.

Na prática, significa reorganizar o tempo, preservando os limites entre as atividades. “É bom ter hora para acordar, para fazer exercícios, comer, e ter tempo para o lazer”, explica. “Ainda assim, essa nova rotina pode não ser o suficiente, então é preciso ter um objetivo forte para perseguir”.

Ex-diretora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub), Cavalcanti pondera que essa perspectiva tem um corte social. “Estou falando das pessoas da classe média, que em muitos dos casos estão isoladas e seguras”, ponderou. “Entre pessoas mais pobres pode ser muito pior. Há mais gente morando na mesma casa. Pessoas sem nenhuma renda garantida, ou que precisam sair para ter o que comer. Nesse caso, essa ansiedade é muito mais intensa”.

Professor do Instituto de Psicologia e presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho destaca os efeitos do cenário de insegurança. “Estamos presos em casa e cercados de incertezas. Será que vou me contaminar? Se acontecer, será que consigo hospital? Corro risco de morrer?”, lista o docente. “O medo da morte passa a ser um problema ainda maior, e com uma implicação mais cruel: a possibilidade de não poder realizar os ritos fúnebres”.

Diante da pandemia, velórios não estão sendo permitidos e os enterros das vítimas da Covid-19 são feitos com os caixões fechados. “Estamos muito preocupados com esses lutos não



realizados”, explica o professor. “O temor aumenta cada vez que sabemos de um amigo, conhecido ou parente que morre com a doença”.

Para o professor de psicologia e de saúde mental da Escola de Serviço Social, Erimaldo Nicacio, estamos diante de uma situação peculiar, que é estar mais perto da morte. “A pandemia torna o real da morte mais presente”, disse. “Isso cria uma situação de dupla fragilidade, a do medo de morrer, mas também a do medo de não poder se despedir de quem morre”.

E como se não bastassem essas incertezas sobre a própria vida, há ainda uma perplexidade com fatores mais práticos, como o trabalho ou o cenário político. “Há essa enorme pressão econômica. Mesmo funcionários públicos estão inseguros, não sabem o que o governo planeja para o funcionalismo, se vai cortar benefícios ou congelar salários”, diz.

Para Pedro Paulo Bicalho, esse cenário acentua a ansiedade e afeta o trabalho remoto. O isolamento colocou milhares de pessoas trabalhando em suas casas, sem que houvesse qualquer adaptação ao processo. O professor pontua que o trabalho remoto tem propriedades, sobretudo de linguagem, que a sociedade não estava adaptada antes de adotá-lo. “Nas reuniões virtuais as pessoas se desentendem com mais facilidade”, explica.

E ainda precisam ser consideradas as condições em que o trabalho é feito. “As crianças estão em casa, sem escola, a quantidade de afazeres domésticos passa a aumentar e a casa começa a demandar uma parte do nosso tempo que antes não demandava, o que torna o trabalho ainda mais difícil”, observa

o professor. “Estamos falando de um trabalho remoto que não está sendo feito por escolha, precisamos levar em conta todas as intercorrências do isolamento”, explica o professor. Ele relata que tem sido muito comum as pessoas se queixarem de que estão mais cansadas ou com a sensação de que estão trabalhando demais. “Estamos em casa há dois meses e parece que estamos trabalhando mais do que nunca”.

Para o professor do IP, uma das maneiras de tentar proteger a saúde mental é entendendo os próprios limites. “Vai ter um dia que você não vai conseguir fazer nada, um dia que você não vai conseguir entrar na reunião ou escrever um texto”, explica, lembrando que as pessoas tendem a se culpar por oscilações de comportamento pelas quais não são responsáveis.

A professora Maria Cavalcanti concorda com o colega e acha que há ricos em uma auto cobrança por produtividade, mesmo em momentos que não estão associados ao trabalho. “Pensamos em cursos, em começar projetos pendentes e até mesmo na hora do lazer, estamos nos cobrando para estar assistindo essa ou aquela live. Parece outro vírus que pegou a gente, o da necessidade de ser produtivo”.

DICAS

A melhor forma de manter a saúde mental em tempos insanos é manter contato com pessoas queridas. “E como estamos em regime de distanciamento, a opção é aproveitar a tecnologia para fazer esse contato”, explica a professora Maria Cavalcanti. “Não é o ideal porque a gente sente falta do contato físico, do olhar, do abraço, beijo, mas é o

que a gente pode fazer. Os afetos sustentam a gente. O ser humano é gregário, a gente precisa do outro, precisa ter contato com o outro. E a rede social amplia isso tudo”.

O professor Pedro Bicalho defende que o contato com pessoas queridas pode ser também uma oportunidade para procurar algum amparo emocional. “Precisamos fortalecer nossas redes de afeto, nossos vínculos sociais. Isso é fundamental. Precisamos compartilhar as angústias, as dificuldades, dizer para o outro que está difícil”, explicou. “É fundamental fazer isso para que a gente possa sobreviver e ter a certeza de que vai passar. O isolamento social é uma estratégia de sobrevivência, é importante manter esses vínculos, e reinventar os aniversários, encontros, fins de semana”.

Mas os dois professores alertam para alguns riscos na hora de buscar por diversão, especialmente no uso de álcool ou outras drogas, seja para lazer, seja para tentar lidar com a angústia e a ansiedade. “Até por conta da limitação das opções de lazer, há um risco muito grande de as pessoas abusarem do consumo de álcool”, alertou o professor Bicalho. “Claro que pode beber, mas com moderação. O que não pode é colocar isso na rotina”, explicou a professora Cavalcanti.

SERVIÇO

A UFRJ tem uma divisão para atender funcionários da universidade que estejam passando por transtornos ou angústias psicossociais. Durante o período de isolamento, o acolhimento inicial está sendo feito por e-mail: acolhimentosaps@pr4.ufrj.br. Não tenha medo de pedir ajuda.



ENTREVISTA | ERIMALDO NICACIO

Professor de Psicologia e de saúde mental da Escola de Serviço Social da UFRJ



A FADIGA DA CONEXÃO PERMANENTE

O trabalho em home office pode ser um agravante das angústias proporcionadas pelo confinamento?

Neste contexto de pandemia, a fronteira entre casa e trabalho se desfaz, o espaço se comprime e se reduziu à nossa casa. Somos mais do que nunca obrigados a ficar conectados. E isso produz fadiga mental, distúrbios de sono, esquecimentos. Não está sendo fácil para os casais terem que trabalhar, cuidar das crianças e acompanhá-las nos estudos. Há uma sobrecarga, que muitas vezes recai sobre a mulher. É uma situação particularmente ansiogênica.

As crianças exigem algum tipo de cuidado especial?

É essencial conversar com as crianças abertamente sobre o que está sendo vivido. É preciso estimulá-las a expressar seus sentimentos acerca do que está acontecendo, tranquilizando-as sobre a situação. Além disso, é importante ajudá-las no estabelecimento de suas rotinas. Mas atenção, sabendo que as combinações e rotinas vão fracassar com frequência. É preciso aceitar isso.

TRABALHO REMOTO

A ganância do ministro da Economia está apontada para o bolso dos servidores públicos. No caso das universidades, Paulo Guedes mira sobre adicionais de insalubridade de técnicos e professores que, mesmo durante a pandemia, seguem comprometidos com a Ciência. Enfrentam os riscos da Covid-19 e continuam trabalhando em seus laboratórios. Não estão em regime de trabalho remoto. De fato, as aulas estão suspensas. Mas a vida da pesquisa não para. Para preservar os direitos dos servidores da UFRJ e a própria instituição, a comunidade acadêmica passou a semana debatendo uma nova resolução do trabalho remoto - a portaria editada pela reitoria desagradou professores, estudantes e técnicos. O Conselho Universitário criou um grupo sobre o tema e já debateu uma primeira versão do texto em sua última reunião. O debate final ocorrerá no próximo encontro do Consuni virtual. Nas próximas três páginas, o **Jornal da AdUFRJ** apresenta vários olhares sobre o assunto.

UNIDADE NO CONSUNI

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

É justo que pessoas que estejam compulsoriamente afastadas de suas atividades tenham seus benefícios cortados? No meio de uma pandemia e de uma crise financeira sem precedentes na história recente do país, o Ministério da Economia lançou mão de instruções normativas que, por um lado, garantem o afastamento para trabalho remoto; por outro, retiram direitos, como vale-transporte e adicionais de insalubridade, periculosidade e radiação ionizante. O assunto voltou à discussão no Conselho Universitário do dia 28 de maio. Desta vez, à luz de uma proposta de resolução elaborada pelo GT de trabalho remoto, criado no dia 20, do qual a AdUFRJ faz parte. A ideia era que o Consuni tivesse uma decisão final sobre como será regulamentado o trabalho não presencial naquele mesmo dia. Mas o documento apresentado suscitou dúvidas e não houve tempo suficiente para a discussão de todo o seu conteúdo. A deliberação precisou ser adiada para um próximo encontro do colegiado, na próxima terça-feira (2).

Coordenador do GT, o professor Fernando Rochinha explicou que o objetivo era ajudar a universidade a ter uma solução respaldada por seu Conselho para a folha de pagamentos

que fecha no próximo dia 5 de junho. “Conseguimos construir uma proposta a partir da diversidade da universidade”, defendeu. “Alguns aspectos terão que ser melhor elaborados, mas isso faz parte da dinâmica produzida pela crise e pela disposição da UFRJ em enfrentá-la”, destacou o docente.

O esforço de construir uma resolução comprometida em unificar os diferentes segmentos foi reconhecido pelas entidades representativas da universidade. “Conseguimos um ambiente muito construtivo, muito positivo de diálogo, serenidade e força. Num momento de tantos ataques, não há outro caminho a não ser a unidade”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. A coordenadora do Sintufjr, Neuza Luzia, concordou. “É, de fato, um ambiente que tenta construir um caminho que leve a uma melhor organização e segurança dos servidores. É importante esse olhar cuidadoso”.

Pela Instrução Normativa 28, da Economia, quem está em trabalho remoto perde adicionais ocupacionais, como os de insalubridade. No caso dos professores, os valores podem chegar a R\$ 2 mil. Além de compor parte substancial do orçamento, os adicionais são uma espécie de compensação pelos anos de exposição a elementos nocivos à saúde. Outro ponto é que apenas as aulas estão suspensas. Todo o trabalho de pesquisa per-



manece ativo nos laboratórios.

Justamente por isso, houve divergências sobre nomear trabalho remoto como código a ser lançado no controle de presença. Cristina Miranda, docente representante do Colégio de Aplicação, defendeu que a resolução mantenha apenas a divisão entre “atividades necessariamente presenciais” e “atividades não presenciais”, texto que faz parte do artigo primeiro da proposta, sem detalhes as modalidades.

Para o decano do CT, professor Walter Suemitsu, a resolução expressa um grande avanço em relação à portaria editada pela administração central. “Ressaltar que o trabalho remoto acontece num contexto de pandemia

e que as pessoas estão em pleno exercício de suas atividades foi um ganho importante”.

Outro ponto destacado pelo docente foi que a resolução considera a forma de organização da universidade e não cria outras formas de controle e de avaliações, como querem as instruções normativas do Ministério da Economia. “O documento leva em consideração as avaliações de desempenho e planos de trabalho de docentes e técnicos que já existem. Ou seja, ela mantém as dinâmicas da universidade”, afirmou o decano.

Este, porém, não foi o entendimento de parte da bancada técnico-administrativa, que questionou o artigo sexto da

resolução. O texto prevê que caberá “à Pró Reitoria de Pessoal (PR-4), em conjunto com o grupo de implantação do SEI-UFRJ, disponibilizar formulário/documento eletrônico, que possibilite o lançamento da frequência dos servidores das unidades e a assinatura eletrônica das autoridades locais, em processo eletrônico único referente ao período de que trata esta resolução”. Os docentes não são atingidos por esta determinação porque há legislação que estabelece a não assinatura de ponto pelos professores.

“Já temos controle de frequência por folha de ponto. Se a gente abre esta possibilidade de ponto eletrônico neste momento, isto pode gerar um problema muito grande”, criticou a servidora Vania Godinho. Roberto Gambine, integrante da bancada de técnicos e do GT, garantiu que não há esta intenção, “apenas uma maneira de lançar a presença de maneira remota”.

O entendimento do GT é compartilhado pelo vice-decano do CCJE, professor Antonio Licha. “Entendo que a resolução mantém a questão da frequência exatamente do mesmo jeito que era feita antes. O ponto eletrônico não me parece estar inserido, nem abre essa possibilidade para o futuro”, disse.

A única crítica, segundo o docente, ao processo de discussão e de regulamentação do trabalho remoto na universidade é o seu atraso. “A Portaria 3.188 era muito ruim e atrasou o processo. Felizmente ela foi suspensa e conseguimos fazer um debate democrático, mas deveríamos ter esta resolução há mais tempo”.

DEPOIMENTO | PEDRO LAGERBLAD PROFESSOR DO IBQM E DIRETOR DA AdUFRJ



ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufjr.org.br

A rotina do professor Titular Pedro Lagerblad ilustra com precisão a injustiça do corte de insalubridade durante a pandemia. Pesquisador 1A do CNPq, o docente é responsável por um dos mais respeitados laboratórios brasileiros de pesquisa em insetos vetores de doenças, como mosquitos e barbeiros. O local fica no subsolo do CCS, onde Pedro e sua equipe monitoram dia e noite animais vivos num biotério. “Acompanhamos 70 coelhos. Os bichos não entram em quarentena. Eles precisam ser alimentados, limpos, cuidados. Não estou dando aula, mas estou trabalhando. E muito”, conta. “Sigo trabalhando, sigo exposto aos mesmos agentes tóxicos que estou submetido em tempos sem pandemia”.

Em seu cotidiano, o docente manipula produtos com toxicidade crônica, particular-

“CORTAR A INSALUBRIDADE É PENALIZAR AINDA MAIS O CIENTISTA”

mente com elevado potencial cancerígeno, hepatóxico e neurotóxico. Além do contato com agentes de toxicidade aguda, como cianeto. “Usamos todos os equipamentos de proteção, mas corremos risco. Sei que posso ter a vida abreviada por um câncer e justo por isso que o Estado nos compensa com o adicional de insalubridade”, explica. “O risco de contaminação não cessa porque estou deixando de dar aula ou porque estou indo ao Fundão três vezes ao invés de cinco. Cortar a insalubridade é penalizar ainda mais o cientista”.

A pena, no caso de Pedro, chega a R\$ 2.000 a menos no salário. “É uma perda significativa no meu orçamento doméstico e que vai repercutir na economia, em cortes que terei de fazer e que, com certeza não vai salvar as contas governamentais”, analisa Pedro. “A questão é que esse governo não pensa no amanhã. Ele quer o dinheiro do dia. O dinheiro do dia é o nosso. Para esse governo, somos os inimigos. O ministro chegou a dizer que iria



colocar uma bomba em nosso bolso, que iria cortar nosso salário. Temos que encontrar uma forma de devolver a bomba”. A mobilização e a produção científica são as duas únicas formas que Pedro conhece de devolver as bombas do governo. Diretor da AdUFRJ, o docente está empenhado em orientar os professores a não aceitar o corte dos adicionais ocupacionais, em

especial considerando que não houve interrupção total das atividades presenciais. “Quero demonstrar que, mesmo durante a pandemia, mesmo durante a quarentena, técnicos e professores da UFRJ seguem correndo riscos. Aliás, alguns riscos aumentaram. Eu, por exemplo, para ir ao meu laboratório, passo agora pelo setor de testagem da Covid no CCS”.

Nova resolução preserva UFRJ e protege servidor

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Regular o funcionamento das atividades da UFRJ durante a pandemia, com autonomia e em cumprimento às leis vigentes. E mais importante: garantir direitos dos servidores e defender a vida. Este é o desafio que tem mobilizado um grupo de trabalho criado no Conselho Universitário com integrantes do próprio colegiado e das entidades representativas da instituição, entre elas a AdUFRJ.

Um Consuni extraordinário na próxima semana vai apreciar a proposta do GT, que se reúne na segunda-feira (dia 1º) para fazer os últimos retoques em um texto de resolução. Coordenador do grupo e representante dos Titulares do CT no colegiado, o professor Fernando Rochinha explica a opção: “Não era ideia ter uma portaria, que é um ato da administração central. Pensamos em ter uma resolução para dar conta da política maior da universidade”. Ele completa: “É uma resolução que formaliza o que está acontecendo hoje e nos

prepara para a continuidade do enfrentamento da pandemia”.

A criação do GT ocorreu após a chuva de críticas de toda a universidade à portaria nº 3.188, considerada excessiva na aplicação das instruções normativas do Ministério da Economia para regulamentação do trabalho remoto.

Presidente da AdUFRJ e também integrante do GT, a professora Eleonora Ziller destacou que o documento foi resultado de um ambiente de “amplo diálogo construtivo”. E deu como exemplo a condução das atividades do grupo pelo professor Rochinha, que convidou mais representantes do Consuni para colaborar com a elaboração do texto. “Foram

“Não dá para fazer um detalhamento, pois esse foi o problema da antiga portaria”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

“Não era ideia ter uma portaria, que é um ato da administração central.”

FERNANDO ROCHINHA
Coordenador do GT

chamados justamente aqueles que mais falaram no conselho do dia 28 (leia matéria na página 4)”, elogiou.

Para Eleonora, o princípio da resolução é o de que a universidade, por ser muito grande, é também muito diversa e muito complexa na sua organização. “Não dá para fazer um detalhamento, pois esse foi o problema da antiga portaria”, disse. Por enquanto, informa a diretora da AdUFRJ, o grande “nó” é encontrar a melhor forma para dar conta de toda heterogeneidade da UFRJ.

A proposta estava dividida em três partes, até a última versão obtida pela reportagem: exposição de motivos, considerandos e resolução propriamente dita.

DESTAQUES

De imediato, a exposição de motivos, de cinco páginas, destaca a autonomia universitária, o Regime Jurídico Único dos servidores e a lei de emergência de saúde pública para considerar que todos os servidores estão em efetivo exercício. A situação é reforçada no início da resolução.

“Devemos considerar que os servidores, docentes e técnico-administrativos, estão em efetivo exercício, muitos em atividades necessariamente presenciais nos campi da UFRJ e, outros, em atividades no local onde estão obedecendo ao isolamento social”.

O que é atividade necessariamente presencial? A resolução explica, também sem entrar em detalhes, diante da diversidade encontrada na UFRJ. Além do trabalho assistencial desenvolvido nos hospitais, também foram citadas no Consuni as preocupações com a conservação de acervos e da infraestrutura predial e acadêmica, como o maquinário de laboratórios e os biotérios.

“(…) são serviços públicos indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da Comunidade (…)”

A resolução também busca preservar o direito daqueles que se encontram em situação mais vulnerável durante a pandemia. E lista as condições, como ter 60 anos ou mais, por exemplo.

“O servidor ou empregado público em atividade presencial que se enquadrar em alguma das condições abaixo poderá, se assim o desejar e se houver viabilidade, trabalhar na forma não presencial:”

Há o reconhecimento de práticas importantes durante a pandemia: o trabalho intermitente e em horário flexível. O professor Rochinha dá o exemplo de funcionários da Prefeitura que podem não estar frequentando os campi todos os dias, mas podem fazer jornada dobrada quando vão.

Em caráter excepcional, ficam autorizados o trabalho não presencial, o trabalho intermitente e o trabalho em horário flexível,

Outra preocupação do texto foi garantir que não haja a necessidade de criação de novos planos de trabalho e preenchimento de relatórios em curto prazo de tempo, como previa a portaria nº 3.188, o que causou grande indignação na comunidade acadêmica. “Nós estamos dizendo que eles já existem”, explica o professor Rochinha.

O planejamento e execução do trabalho remoto serão desenvolvidos pelo servidores e empregados públicos, tendo em vista os planos de trabalho cadastrados no Programa de Avaliação de Desempenho (AVADES) e a resolução CONSUNI nº 08/2014.

Representante dos pós-graduandos no Consuni, Igor Alves destacou que o texto apresenta uma preocupação com os terceirizados da UFRJ, algo que não existia na portaria nº 3.188. “A proposta dá mais proteção aos trabalhadores”, disse.

“Caberá à Pró Reitoria de Gestão e Governança a orientação de procedimentos junto às empresas contratadas, que preservem e protejam a higidez e a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados, (…)”

JUIZ NEGA LIMINAR DA ADUFRJ E DO SINTUFRJ SOBRE ADICIONAIS

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Foi rejeitada a liminar pedida no mandado de segurança da AdUFRJ e do Sintufjr contra eventuais cortes de adicionais ocupacionais — como o da insalubridade — e o auxílio-transporte dos servidores da universidade que estão em trabalho remoto. A decisão, do juiz substituto Mario Victor Braga, da 4ª Vara Federal do Rio, foi promulgada na noite de terça-feira (26).

Cabe recurso ao Tribunal Regional Federal. O juiz observou que não há ilegalidade na vedação de pagamento do auxílio-transporte. “Tal verba deve ser paga tão somente quando houver efetivo deslocamento do servidor entre sua residência e seu local de trabalho”, diz um trecho. Sobre os adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com Raios X ou substâncias radioativas, argumentou que

o pagamento só é devido “em função de determinadas condições especiais de trabalho”. Os sindicatos também cobram a possibilidade de modificações em períodos de férias já marcados, durante a pandemia. As instruções normativas do Ministério da Economia vedam a remarcação. O juiz concordou com mais esta medida do governo. Advogada da AdUFRJ, Ana Luisa Palmisciano entende que a primeira sentença não tratou do argumento principal dos sindi-

catos: que o tempo do trabalho remoto, como é imposto, deve ser considerado como de efetivo exercício. “O RJU (Regime Jurídico Único) considera assim vários outros tempos, como afastamentos, licenças médicas. E todos esses adicionais e vantagens são mantidos”. A questão não está encerrada, alerta a assessora jurídica. “Vamos preparar o recurso, que vai para o TRF-2”.

Não há prazo para entrar em julgamento, mas a expectativa é que a ação em segunda

instância consiga resultado semelhante ao das ações de professores e técnicos-administrativos da Universidade Federal do Cariri e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

No dia 22, o desembargador Ivan Lira de Carvalho, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) impediu a suspensão dos adicionais ocupacionais e auxílio-transporte na folha de pagamento dos servidores das duas universidades.

ADUFRJ NA QUARENTENA

CONSELHO DE REPRESENTANTES

PROFESSORES DISCUTEM PORTARIA

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ foi uma importante mostra de como os professores estão mobilizados em torno do trabalho remoto e preocupados com a possibilidade de perdas salariais, a partir da Instrução Normativa 28, do Ministério da Economia. O assunto foi discutido virtualmente no dia 25. O encontro chegou a ter 56 docentes conectados simultaneamente.

A presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, abriu a reunião lembrando que há boas notícias. “Começam a sair decisões judiciais favoráveis para a manutenção dos adicionais para quem está em trabalho remoto”, afirmou. Em Pernambuco, a Justiça suspendeu os efeitos dos parágrafos 4º e 5º da Instrução Normativa 28, que tratavam do corte de adicionais noturno, de insalubridade, periculosidade e radiação ionizante. A ação foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco (Sintufepe). Apesar da vitória, a decisão manteve o corte do vale-transporte.

A atividade deixou clara uma divisão entre os professores em relação à forma de se contrapor à reitoria no debate sobre o trabalho remoto. Enquanto a diretoria da AdUFRJ e um amplo grupo de docentes apostam no diálogo para construir uma saída que resguarde os direitos dos professores e a universidade, um grupo de oposição que se mantém organizado como coletivo, acredita que o confronto

público pode garantir que não haja os cortes dos adicionais.

A posição foi explicitada em duas notas encaminhadas ao Conselho Universitário nos dias 14 e 20 de maio. “Apesar dos erros graves da reitoria – e achamos que a portaria foi um grande equívoco –, consideramos que a nossa atuação deve ser de diálogo. Nunca vi um coletivo de oposição tensionar, no Conselho Universitário, o posicionamento de seu sindicato”, criticou Eleonora Ziller. A professora Cleusa Santos, ex-presidente da AdUFRJ, afirmou que a intenção não era causar melindres. “Temos que trabalhar com as diferenças e elas aparecem nos espaços da universidade. Nosso papel como sindicato é defender aquilo que discutimos nos espaços dos Andes”.

Entretanto, se havia diferenças quanto ao modo de abordagem do problema, estas não existiam quanto à avaliação do problema a ser enfrentado. Representantes de diferentes unidades acadêmicas foram unânimes na crítica à Portaria 3188 da reitoria, agora suspensa. “Houve críticas principalmente à forma como a portaria foi apresentada, sobretudo porque não tinha um calendário de trabalho”, afirmou o professor João Torres, do Instituto de Física. “Mas não houve uma proposta de boicote ao formulário, porque se entendeu que seria necessário prestar contas de alguma forma à sociedade”, disse.

O ensino remoto também foi um tema tratado no encontro da Física. O docente afirmou que seu instituto trabalha na perspectiva de “redução de danos”. “Não vai ser um cenário perfeito, nem bom, mas é melhor



do que não fazer nada”, disse. “Pretendemos contribuir com a universidade nesse debate sobre ensino remoto em geral”, concluiu o professor.

A professora Ana Lúcia Fernandes, da Faculdade de Educação, contou que a Congregação da Unidade enviou longo documento com considerações sobre trabalho remoto para a reitoria. Uma das sugestões – que acabou sendo acordada no Conselho Universitário do dia 20 – era que a regulamentação do tema acontecesse por meio de Resolução aprovada no colegiado máximo da universidade. Outro pedido era para que o trabalho remoto fosse considerado pela instituição como efetivo exercício, dado que ninguém está afastado de suas funções por vontade

própria ou motivos pessoais. O terceiro ponto destacado pela conselheira, ainda sobre o documento, é um pedido de dispensa do preenchimento das auto-declarações.

Preocupações em relação ao Direito do Trabalho foram levantadas pela professora Luciana Boiteux, da Faculdade Nacional de Direito. A reunião da unidade expôs, segundo a docente, muitas dúvidas sobre o pós-pandemia. “A retomada das aulas precisa levar em conta a saúde dos professores. Levantar em consideração o acúmulo de trabalho. Muitos relataram sobrecarga gerada pela pandemia”, afirmou.

Os professores do Instituto de Química sugeriram, em reunião da unidade, que a universidade

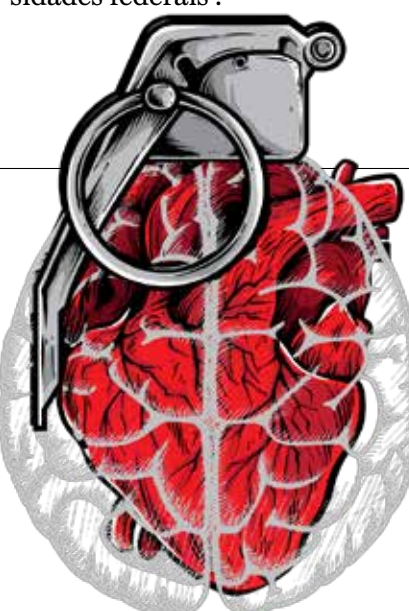
utilizasse a divisão entre “trabalho essencial e trabalho não essencial”. “A pesquisa foi indicada como atividade essencial pelo próprio presidente. Isto poderia resolver a nossa questão”, observou o professor Rodrigo Bitzer.

PROPOSTA DO SINTUFJR

A proposta de Resolução apresentada pelo Sintufjr ao Conselho Universitário também foi alvo de críticas. Os professores consideraram que ela mantém nomenclaturas que enquadram os professores e técnicos na Instrução Normativa 28. “O documento do Sintufjr precisa ser discutido criticamente e da forma mais ampla possível”, destacou o professor Renato Monteiro, da Nutrição.

Ficou decidido que os professores encaminhariam observações sobre trabalho remoto e avaliações do documento do Sintufjr para a diretoria da AdUFRJ, como forma de contribuir para o debate no GT de trabalho remoto, montado no Conselho Universitário. A AdUFRJ participa do GT, assim como as demais entidades representativas da universidade.

“O cenário ainda é muito turvo, mas precisamos nos debruçar sobre o problema. Precisamos proteger os professores e seus ganhos, mas também os professores que são gestores e a própria universidade”, afirmou a presidente Eleonora Ziller. Ela destacou que a saída adotada pela universidade não pode deixar a UFRJ isolada no cenário nacional. “É preciso acompanhar também o que está acontecendo nas outras universidades federais”.



truir e consolidar o movimento docente e não representar apenas um segmento de professores. Com toda a pressão que a reitoria tem sofrido para implantar a política do governo, nós temos tido um diálogo de excepcional qualidade e a UFRJ é referência nacional sobre a forma de condução desse debate do trabalho remoto. O momento é de unificar e discutir como vamos caminhar juntos. E não deixar essa granada no nosso bolso estourar.

DEPOIMENTO | ELEONORA ZILLER PRESIDENTE DA ADUFRJ

CONSELHO DE REPRESENTANTES, 25 DE MAIO DE 2020

Hoje vou abrir uma exceção e fazer uma fala um pouco mais longa e pessoal. Estou na universidade desde 1982. A primeira sessão do Conselho Universitário a que assisti foi em 1985, pelo Centro Acadêmico da Letras, para acompanhar a eleição do professor Horácio Macedo. Eu frequento o Consuni há muitos anos, fui por seis anos representante dos professores adjuntos e depois dos associados do CLA. Mas fui também da primeira bancada de técnicos-administrativos, e como tal vivi a frustração da nomeação do Vilhena como reitor, que foi um momento muito

difícil para todos. Um momento de fratura interna muito complexo na UFRJ. Mas foi um momento de aprendizado, em que o Consuni não era só um espaço de debate político e deliberações, mas o local onde forjamos a unidade para o fortalecimento da universidade.

Quando aceitei ser presidente da AdUFRJ, foi para ajudar a superar um *modus operandi* de atuação fraturada do movimento docente, e conto com o apoio e a participação de toda diretoria favorecendo a manutenção dos benefícios em outros estados. AdUFRJ e Sintufjr entraram com

mais professores filiados ao SINTUFJR do que à AdUFRJ. Por isso dissemos que iríamos fortalecer o Conselho de Representantes, para construir um espaço de diálogo e de troca, como estamos fazendo, pois chegamos a convocar reuniões semanais para enfrentar o início da pandemia.

Guedes diz que jogou uma granada no bolso do inimigo e o inimigo somos nós. UFF, UniRio e Rural tiveram cortes ou estão com o processo de cortes de benefícios encaminhados, para falarmos só do Rio de Janeiro. A UFRJ, por conta de sua unidade interna, está conseguindo manter os pagamentos até agora, com a não implantação dos códigos de trabalho remoto. Essa semana tivemos algumas boas notícias, com ações que estão pivocando e decisões judiciais favoráveis à manutenção dos benefícios em outros estados. AdUFRJ e Sintufjr entraram com

ação conjunta inédita, e estamos aguardando os primeiros resultados.

Apesar dos erros graves da reitoria – e achamos que a portaria foi um grande equívoco –, consideramos que a nossa atuação deve ser sempre para construir o diálogo. A portaria finalmente foi suspensa e estamos preparando a Resolução a partir de um Grupo de Trabalho do Consuni.

Quando temos granadas no bolso e o inimigo é fascista, não nos resta outra possibilidade a não ser atuarmos de forma unitária. Minha bisavó foi morta em Auschwitz. Fui privada por 17 anos do convívio com meu avô, que foi para o exílio em 1964. Conheci aos 12 anos os relatos de meu tio, torturado pela ditadura em 1975. Eu conheço o meu inimigo.

A chapa “Ventos de Maio” deixou de existir quando ganhamos a eleição. A nossa meta é cons-

ADUFRJ NA QUARENTENA

ENSINO VIRTUAL EM DEBATE

PANDEMIA DE DESIGUALDADES

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjr.org.br

“Sonho que se sonha só é só um sonho. Mas sonho que se sonha junto é realidade.” A poesia de Raul Seixas embalou a fala do professor Thalimar Gonçalves, do Instituto Federal do Espírito Santo, no painel que discutiu a organização política e as condições de trabalho docente em tempos de pandemia. O evento virtual, no dia 28, contou com o apoio da AdUFRJ.

Para Thalimar, que também é diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), todo professor tem o sonho que a educação pública, gratuita e de qualidade seja um direito de todos. E que, de alguma forma, transforme a realidade brasileira. “Não podemos fazer com que a crise gerada pela pandemia acirre as desigualdades educacionais no Brasil”, afirmou.

“A crise impacta as pessoas de formas diferentes. Não se pode pensar que, só porque as pessoas estão em casa, está tudo certo”, completou. Um dos desafios atuais, para o docente, é que parte da população brasileira está sendo orientada numa perspectiva obscurantista, na

banalização do conhecimento científico pelo governo. “Uma coisa é achar que a Terra é plana, outra é pensar que uma pandemia global faz parte de uma narrativa para derrubar o governo.”

O vice-presidente da AdUFRJ e professor do Instituto de Física, Felipe Rosa, avaliou que, mesmo que a UFRJ retome as atividades em dois ou três meses, não voltará à normalidade das condições de trabalho anteriores à pandemia. Ele afirmou haver um esforço de identificação das dificuldades. “Estávamos paralisados pela novidade e pelo tamanho do desafio, pois existe uma falta de acesso crônica de muitos estudantes. Nesta semana, houve uma evolução e estamos encontrando um caminho a ser tomado, principalmente para os formandos”.

Rosa apresentou dados promissores de uma pesquisa realizada pela reitoria da UFRJ com um terço do corpo social da universidade sobre o ensino remoto – e divulgada na edição anterior do **Jornal da AdUFRJ**. Dos que responderam, dois terços são a favor da implementação de alguma atividade remota. “Isso surpreende”. O professor lembrou que as universidades estão trabalhando bastante, mesmo com as ativi-



dades didáticas paradas. “Na UFRJ, o Hospital Universitário está a todo vapor e os laboratórios que podem colaborar no combate à pandemia, também. As atividades de pesquisa e extensão continuaram”.

DESVALORIZAÇÃO

“O professor sofre com a banalização da profissão desde que o Brasil é Brasil”. Eliane Anderi, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), disse que a desvalorização do trabalho docente ajuda na construção de um imaginário social de que qualquer um pode ser professor. “O trabalho pedagógico, comprometido com o desenvolvimento integral do estudante,

só pode existir se o professor tiver desenvolvido estruturas superiores de pensamento”. Quando setores conservadores colocam o trabalho do professor apenas como transmissão de conhecimento, sem elaboração, esvazia-se a importância da profissão. Para Eliane, há um interesse econômico nesse esvaziamento. “Por exemplo, esse movimento Escola Sem Partido, que ataca professores e instituições públicas para criar uma opinião pública contrária, deixando a porta aberta para privatizações”. Ela concluiu. “A educação pública brasileira e os professores têm que procurar formas de resistência frente aos ataques sofridos”.

CINE ADUFRJ

CINEMA: ARTE E MUNDO INDUSTRIAL

KIM QUEIROZ
comunica@adufjr.org.br

“O cinema, desde o seu nascimento, retrata e é parte do mundo industrial em ebulição. Ele é, ao mesmo tempo, uma forma de arte, mas também um aparato desse mundo capitalista”. Com essas reflexões, o professor Paulo Fontes, do Instituto de História, abriu a segunda edição do CineAdUFRJ. Desenvolvido em parceria com o Grupo de Educação Multimídia (GEM) da UFRJ, o projeto debate, por meio de filmes, questões centrais da atualidade. O encontro virtual aconteceu no dia 27.

O docente, especialista em mundos do trabalho, afirmou que há dois momentos em que o cinema trata a temática como luta social: os anos 30 e os anos 60/70. Não à toa, foi exibida uma montagem de 25 minutos com cenas selecionadas de quatro filmes: Tempos Modernos (1936); Os Companheiros (1963); A Classe Operária Vai ao Paraíso (1971); Eles Não Usam Black Tie (1981). A conversa abordou pontos como o uso



pedagógico do cinema pelas indústrias e sindicatos, o papel do cineasta como intelectual, e o tempo como objeto de luta da classe operária. A próxima sessão discutirá as novas configurações das relações de trabalho, no dia 10 de

FORMAS

A terceira edição do boletim FORMAS, do Fórum de Mobilização e Ação Solidária da universidade, foi lançada no dia 26 de maio. O grupo reúne representantes da AdUFRJ, do Sintufjr, da Attufjr e as entidades estudantis DCE e APG. O número traz o debate sobre ensino e trabalho remoto e as preocupações com as desigualdades aprofundadas pela pandemia.



TEMPOS DE 'LIVES'



O CORONAVÍRUS MUDARÁ A UNIVERSIDADE, DIZ EX-MINISTRO

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

Nada será como antes da Covid-19. E as fichas precisam cair para todos, inclusive, para educadores e gestores. Convidado para discutir ensino mediado por tecnologia, o ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, foi enfático na análise de que diante da pandemia, “o dano maior é afetivo”. “Se uma pessoa está sofrendo, ela vai ter mais dificuldade de compreensão”, destacou o docente da Universidade de São Paulo (USP) durante evento virtual realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no dia 27. O debate contou com a participação da coordenadora do Fórum, professora Tatiana Roque, do vice-reitor, professor Carlos Frederico Rocha, e de cerca de 500 internautas.

“Temos que levar em conta que existe de fato uma perda a enfrentar. Essa perda não é estritamente de qualidade científica. A perda é humana”, afirmou o ex-ministro. Janine disse que a tecnologia vai minorar danos, mas não evitará



o prejuízo à formação. O caminho, segundo ele, é fortalecer os laços para enfrentar os desafios da experiência. “Temos que estar atentos a essa experiência diferente não apenas para nos queixar”, advertiu.

Como exemplo, Janine citou o maior contato com a vida privada de docentes e discentes. “Não deixa de ser verdade que o ensino remoto tem permitido às pessoas enxergarem melhor o ambiente dos outros. Algumas pessoas têm dito que descobriram que o professor tem um cachorro em casa, que o colega mora numa sala com tantas

peças. É como se entrasse na casa do outro. É uma experiência diferente”, observou.

E, mesmo sobre um eventual regresso às atividades presenciais, o ex-ministro considerou impossível um retorno à mera normalidade. “Não dá para voltar com o professor dizendo ‘como dizíamos na última aula, o seno e o cosseno’... Não dá, porque a última aula foi há meses e no meio disso está havendo essa tragédia”, opinou.

Com todas as considerações, o ex-ministro da Educação também chamou atenção para o fato de que o tempo de suspensão das aulas “tem um limite”. E frisou que a internet oferece para os educadores, hoje, um campo de possibilidades para práticas pedagógicas não disponíveis há vinte anos. Ou bem menos acessível, há cinco anos. Uma das possibilidades listadas foi a disponibilidade de uma plataforma que permita que os alunos baixem material quando estiverem online para consulta posterior, *offline*.

Janine marcou a diferença entre o ensino remoto emergencial – que acredita ser a tendência para a educação brasileira no período de pandemia – para



o tradicional Ensino a Distância. “O EaD é uma modalidade já prevista, com material planejado”, distinguiu o docente. “O ensino remoto emergencial é algo híbrido, que responde a uma circunstância não programada de grave situação de risco à vida”.

Mas ele também reconheceu que ambas teriam como base aulas gravadas por docentes – sem prejuízo para materiais audiovisuais complementares, como filmes. “Em princípio, aulas filmadas, principalmente, no caso das universidades tops, seriam o melhor para os

alunos”, admitiu.

Renato Janine defendeu a utilização de fundo público para garantia de acesso à internet dos estudantes. “O governo do estado deveria estar fazendo um levantamento e instalando com rapidez a banda larga nos territórios sem cobertura. O dinheiro existe”, afirmou o ex-ministro de Dilma, em referência ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), instituído pela Lei 9.998, de 17 de agosto de 2000. “As universidades não devem gastar recursos de orçamento com isso”, avaliou.

exemplo a trajetória do médico Oswaldo Cruz (1872-1917), pioneiro no estudo das moléstias tropicais. “Costumo dizer que somos a quinta geração de Oswaldo Cruz. Ele formou Carlos Chagas (1878-1934); depois, veio o Carlos Chagas Filho (1910-2000); depois, o Darcy Fontoura (1930-2014) e a agente”, explicou. “Isso é uma demonstração de que a Ciência deve ter continuidade. Essa é a palavra-chave. Não podemos parar a corrente”, completou.

A reitora Denise Pires de Carvalho fez a abertura do evento e ressaltou a carreira de excelência do virologista. “As sementes que partiram do Instituto Oswaldo Cruz em direção à Universidade Federal do Rio de Janeiro frutificaram. E hoje Amílcar lidera as pesquisas da Covid-19”. (Liz Mota Almeida, estagiária sob a responsabilidade de Ana Beatriz Magno)

SEMINÁRIOS DO PROGRAMA CÁTEDRAS – “O que será o AMANHÃ?”

Entendendo a Pandemia do COVID 19 com o Professor **AMÍLCAR TANURI**, da **Cadeira Oswaldo Cruz**

Amílcar Tanuri é Professor Titular da UFRJ, Catedrático do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (Cadeira Oswaldo Cruz), possui graduação em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em Ciências Biológicas (Genética) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990).

Consultor da Organização Mundial da Saúde, Coordenador da FAPERJ, Cientista Associado da Columbia University. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética Molecular e de Microorganismos. Coordena o Laboratório de Virologia Molecular (IB-UFRJ).

Segunda-feira, 25 de maio/2020, às 19h00 – Via Zoom

Inscriva-se aqui ou acesse o link: <https://bit.ly/2eR8B8F>

Assessoria: Instituto de Estudos do Fórum de Ciência e Cultura

O QUE SERÁ O AMANHÃ?

“As pessoas terão que agir com parcimônia. Nas ruas, nas escolas, nas lojas, nas indústrias”. Foi a resposta do professor e chefe do Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ, Amílcar Tanuri, para o questionamento proposto no Seminário “O que será o amanhã?”. O evento, promovido pelo Colégio Brasileiro de Altos Estudos e apoiado pelo Fórum de Ciência e Cultura, ocorreu no dia 25.

O virologista considera fundamental que, no futuro, sejam preservados cuidados como usar máscaras, manter distâncias mínimas para outras pessoas, evitar aglomerações e lavar as mãos com frequência. O relaxamento dessas medidas poderá ser fatal. “O medo nosso é uma segunda onda que pode causar

mais estrago que a primeira”. Tanuri atribui duas características principais à pandemia. A primeira é a velocidade de propagação do novo coronavírus. “Jamais esperaríamos que, em seis meses, pudesse afetar todo o globo terrestre”. A segunda é o que chama de infodemia, ou seja, uma epidemia de informação que pode ser prejudicial à Ciência. “Foram lançados muitos estudos sobre o comportamento do vírus, mas de forma mal feita, o que pode confundir o campo de estudo”.

O professor também destacou na palestra as iniciativas da UFRJ no enfrentamento da pandemia. Em parceria com a Faculdade de Medicina, o Laboratório de Virologia Molecular (LVM) – vinculado ao Instituto de Biologia

— criou o Centro de Triagem da Covid-19, que funciona no Bloco N do Centro de Ciências da Saúde e é coordenado pela professora Terezinha Castilheiras. Um espaço amplo e ventilado, onde as amostras são colhidas e

enviadas para o laboratório, que realiza o diagnóstico molecular. O LVM produz cerca de 300 testes por dia, com apoio da Faperj. Tanuri acredita que a produção de Ciência no país precisa de continuidade e usou como

UFRJ Macaé guia políticas de saúde no norte do estado

> Grupo de trabalho da universidade mobiliza mais de 100 professores e subsidia decisões dos gestores da região. Município de Quissamã já assinou cooperação institucional para enfrentar Covid-19

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

A sessoria a prefeituras do Norte Fluminense, estudo de cenários epidemiológicos, treinamento de profissionais, apoio aos mais vulneráveis e divulgação correta de informações. A UFRJ Macaé mostra sua força e atua, com sucesso, em diversas frentes contra a pandemia.

O Grupo de Trabalho Covid-19 UFRJ Macaé mobiliza 23 sub-grupos. A estrutura é multidisciplinar e horizontal. “É um processo muito dinâmico, que todo dia se atualiza, seja pela chegada de novas informações científicas, seja por novas parcerias criadas pelos pesquisadores”, diz o professor Leonardo Moreira, um dos integrantes da rede. Mais de cem docentes desenvolvem projetos voltados para a crise. O número representa cerca de 25% do quadro total. “Nesse momento de emergência, quem não sabe o que está acontecendo não consegue fazer políticas públicas”, avalia Kathleen Tereza da Cruz, professora do curso de Medicina e coordenadora do GT. O foco, explica a docente, é subsidiar a tomada de decisão dos gestores com consistente base científica. As prefeituras de Macaé, Rio das Ostras e Quissamã entenderam a mensagem e estão alinhadas com a universidade e as diretrizes das autoridades sanitárias intermunicipais.

Um exemplo está na análise dos pesquisadores Bernardo Tavares e Habib Montoya, publicada na página eletrônica da universidade, desde o início de maio. O estudo mostra o impacto dos decretos da prefeitura de Macaé, entre o final de março e início de abril, e indica o efeito positivo da opção pelo isolamento social, com “achatamento da curva” de infectados a partir de 21 de abril. Os cenários epidemiológicos para a pandemia em Rio das Ostras e Quissamã mostram resultados semelhantes. Uma das frentes trabalho do GT de Macaé é a construção de um painel online que aponte as principais tendências epidemiológicas dos municípios da região. O diferencial do projeto da universidade, segundo a coordenadora do GT, é a capacidade de análise por meio do cruzamento de informações. “Os painéis sobre a Covid-19 que encontramos hoje só mostram dados absolutos, por exemplo, número



VÁRIAS FRENTES: UFRJ Macaé organiza doações aos mais vulneráveis e divulga informação qualificada



de internações ou de óbitos. Mas o que isso quer dizer para aquela cidade afinal? É muito, é pouco?”, questiona Kathleen. Sala de Situação é o nome do painel de acompanhamento, que considera indicadores de saúde como mortalidade, incidência, números de casos confirmados, de óbitos, distribuição por bairros. O trabalho é realiza-

do em parceria com o curso de Computação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Rio das Ostras.

A ideia é que a plataforma atenda todas as cidades do Norte Fluminense. Mas isso depende da colaboração das prefeituras para fornecer os dados. “Muitos municípios não dão atenção à produção e análise das informações sobre saúde, limitando-se à prestação de contas obrigatórias por lei. Alguns não querem abrir os dados, outros nem têm”, observa.

Até o momento, o projeto-piloto é Quissamã. O município foi o primeiro a assinar uma cooperação institucional com a universidade para enfrentamento do coronavírus. Além do painel, o acordo inclui um conjunto de ações em parceria para conjugar saúde e educação. E as equipes de profissionais de saúde que atuam na pandemia recebem especial atenção, desde a formação permanente para construção de protocolos que reduzam riscos de adoecimento, até teleacolhimento para cuidar da saúde mental. “Como orientar casos suspeitos, teletendimentos, acompanhamento de profissionais de saúde afastados, critérios para alta. Tudo é construído a partir das realidades trazidas pelos gestores. Esse diálogo é bom para eles e para a universidade”, relata a coordenadora do GT. Para a docente, a pandemia confirmou o acerto da interiorização da universidade. “Nós moramos e trabalhamos aqui. Conhecemos toda a região. Certamente, isso

permite à universidade outro nível de atuação no território”.

COMUNICAÇÃO É TUDO

Aproximar a população da produção científica é outra trincheira da UFRJ contra a Covid-19. Além da desinformação, há uma preocupação especial com a disseminação de informações erradas. Cartilhas educativas foram produzidas. Mas, para a diretora de extensão de informações erradas, Cartilhas educativas foram produzidas. Mas, para a diretora de extensão de informações erradas, Cartilhas educativas foram produzidas. Mas, para a diretora de extensão de informações erradas, Cartilhas educativas foram produzidas.

permite à universidade outro nível de atuação no território”.



Facebook, a proposta ganhou rapidamente dois mil seguidores. “Não é uma coisa simples, porque, além da tradução, fazemos toda uma discussão sobre o conteúdo com os alunos. Em geral, usamos mais de uma literatura para esgotar o tema e não repetir assunto. O trabalho gera certo atraso em relação às notícias do dia, mas vale a pena”, diz. “Se a comunidade científica não se atualizar na forma de comunicar, serão apenas cientistas falando para cientistas”, acredita. Os cards trazem assuntos diversos relacionados à pandemia, como alcance e velocidade da propagação do vírus, eficácia de drogas, produtos para limpeza, tempo para manifestação de sintomas, entre outros. Os temas são escolhidos levando em conta o interesse da população. As máscaras, por exemplo, ganharam duas publicações, o que não é comum.

PÓS-PANDEMIA

O cuidado com os laboratórios mobiliza os pesquisadores. “Temos algo em torno de 60 pesquisas, sendo que pelo menos 20 delas utilizam modelos com animais diversos, como camundongos, peixes, mosquitos etc”, explica a diretora adjunta de Pesquisa do Nupem, Cintia Barros. As escalas nos laboratórios são orientadas pela administração da universidade para manter a segurança no espaço de confinamento. Laboratórios com equipamentos ópticos também recebem manutenção frequente. “Estamos muito perto do mar, o risco é de fungos”, explica a diretora. “Se todo esse material for perdido, o retorno às atividades ficará muito mais comprometido”.

QUEM MAIS PRECISA

Macaé mantém ativa uma rede própria de solidariedade aos mais vulneráveis. Sete ações de doações já foram articuladas pela comunidade desde o início da pandemia. Além de cestas básicas, as doações incluem itens extras como material de higiene pessoal, máscaras, álcool líquido e em gel. Em casos especiais, o pacote contém também material de proteção individual, leite, fraldas infantis e geriátricas. O público-alvo atendido é composto por funcionários terceirizados da UFRJ, idosos de asilos próximos à universidade e estudantes com baixa renda familiar. O Nupem realiza ainda atividades educativas sobre prevenção. A ação é coordenada pelo professor Pedro Holanda Carvalho (Nupem), com colaboração da AdUFRJ.

CARTA ABERTA AO STF

Sobre a violação do decoro pelo atual Ministro de Estado da Educação, Sr. Abraham Weintraub, em face de declarações contra os membros do egrégio Supremo Tribunal Federal e outros.



des são lugar de plantação de maconha, laboratórios de metanfetamina, lugar de balbúrdia, entre outros.

Apelamos, respeitosamente, que tal conduta, que julgamos criminosa, seja analisada e punida com o rigor da lei. Se o Sr. Ministro da Educação é um mau exemplo, a Justiça deve dar o bom exemplo, promovendo o que é adequado e necessário na conduta cívica de qualquer cidadão, em especial de autoridade que deve seguir rigorosamente regras de decoro, devido ao alto cargo que ocupa.

Mais do que a verve, o condenável nas ideias e práticas do Ministro da Educação é sua índole autoritária, a intolerância ao diverso e ao plural. Almeja talvez um regime ditatorial. Por isso, lembramos novamente as oportunas palavras do Exmo. Sr. Ministro Barroso:

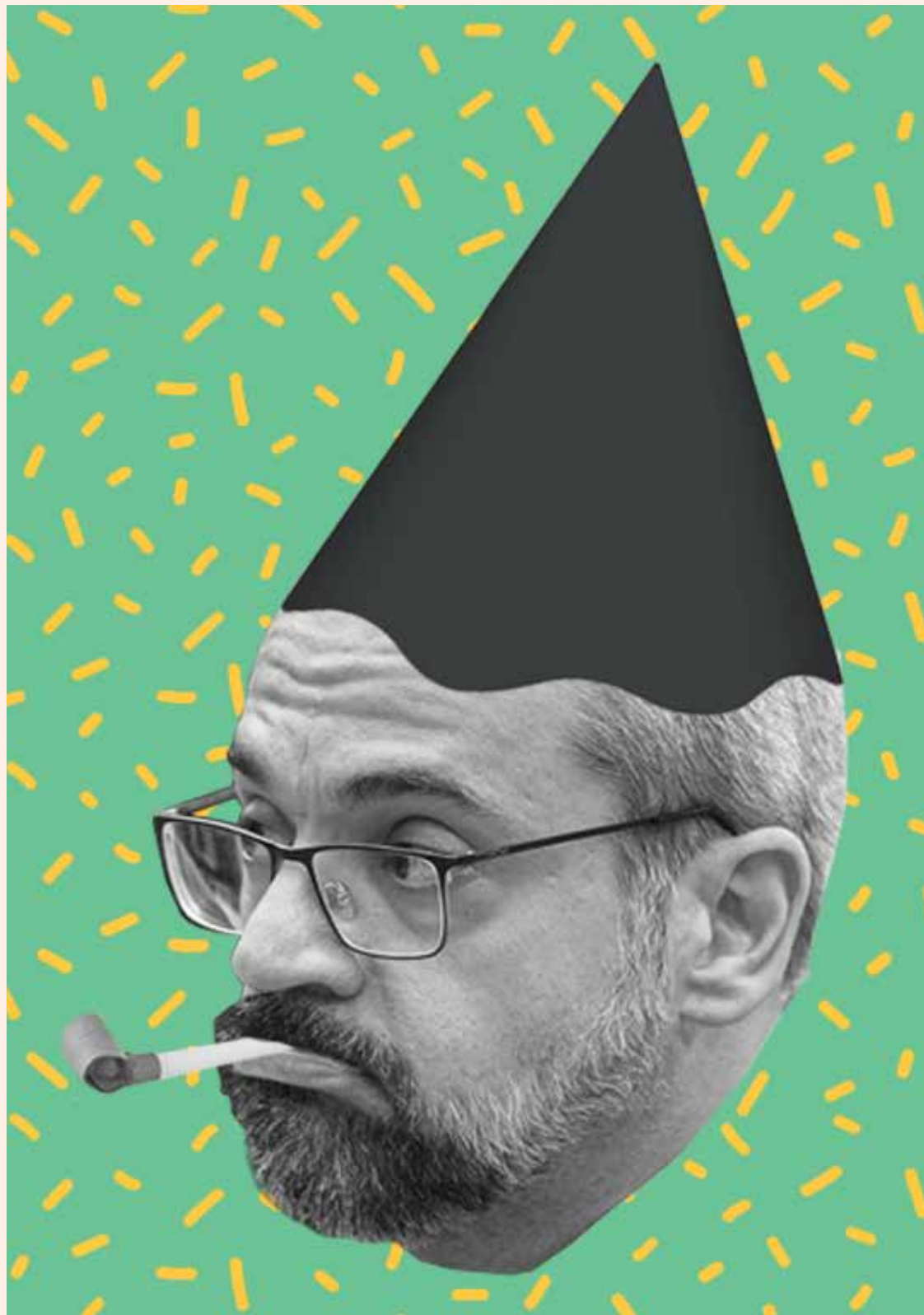
“Só quem não soube a sombra, não reconhece a luz que é viver em um Estado constitucional de direito, com todas as suas circunstâncias. Nós já percorremos e derrotamos os ciclos do atraso. Hoje, vivemos sob o reinado da Constituição, cujo intérprete final é o Supremo Tribunal Federal. Como qualquer instituição em uma democracia, o Supremo está sujeito à crítica pública e deve estar aberto ao sentimento da sociedade. Cabe lembrar, porém, que o ataque destrutivo às instituições, a pretexto de salvá-las, depurá-las ou expurgá-las, já nos trouxe duas longas ditaduras na República”.

Excelentíssimos Senhores Ministros do STF, a Constituição Cidadã de 1988 estabeleceu os limites do convívio social, baseado em direitos e deveres. Pedimos apenas que se aplique o que nela se inscreve.

Respeitosamente,

Observatório do Conhecimento

Em 27 de maio de 2020.



Nós, professores e professoras de universidades públicas de todo o país, reunidos em torno do Observatório do Conhecimento, rede formada por entidades representativas de docentes destas universidades, respeitosamente, nos dirigimos às Vossas Excelências diante dos graves ataques a instituições promovidos pelo Ministro da Educação, Sr. Abraham Weintraub.

Parece-nos inconcebível que o Brasil tenha um Ministro que destrói a Educação.

Fazem jus as palavras do Exmo. Ministro do STF, Dr. Luiz Roberto Barroso:

“A educação, mais que tudo, não pode ser capturada pela mediocridade, pela grosseria”.

É triste e lamentável, mas é esse o *modus operandi* do atual Ministro da Educação.

Esperávamos todos que a conduta de quem é o maior responsável pela principal pasta da nação, a qual deve primar pelo futuro de seus filhos, não fosse ocupada por alguém que empregue um palavreado chulo e desrespeitoso, que defenda ideias obscurantistas e que marque sua gestão por práticas e medidas contraproduzidas à educação pública do país.

WO ápice de suas grosserias foi em reunião de Ministros de Estados denominar os DD. Ministros desta Suprema Corte como “vagabundos” e defender que fossem presos. Mas não foi apenas esse episódio. Já afirmou que as universida-

FUTURE-SE DEIXA UNIVERSIDADE EM ALERTA

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrj.org.br

O projeto do governo Bolsonaro para as universidades públicas, o Future-se, voltou a assombrar as entidades estudantis e docentes com a menção de um envio do projeto de lei que instituiria o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores ao Congresso Nacional. A informação foi publicada sorrateiramente, como penúltimo item, no Diário Oficial da União da quarta-feira (27). Mas o PL não chegou à Câmara.

Segundo a deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), a informação é *fake news*. “Houve esse despacho de que algo seria enviado, mas não há nada entregue à Mesa da Câmara”, relata. Para a coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa

das Universidades Federais, o governo busca “um legado” para minimizar o desgaste da pasta. Porém, não tem projeto real para o ensino superior.

“O Future-se não existe para o Parlamento, como não existe para as universidades. Essa proposta já foi rechaçada pelas universidades brasileiras. Não tem sentido ser dirigida ao Congresso”, completou a parlamentar.

A notícia da movimentação do Ministério da Educação, contudo, gerou mal-estar entre os setores da universidade. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) usaram as redes sociais para criticar o envio em meio à interrupção das aulas presenciais e em um contexto de calamidade pública.

“Inacreditável. No meio da maior crise sanitária que o mun-

do viveu, com mais de 20 mil mortes no Brasil, as universidades com aulas suspensas e uma série de dificuldades, o MEC resolve encaminhar o projeto do Future-se para a Câmara. Que inversão de prioridades absurda”, escreveu o presidente da UNE, Iago Montalvão.

Por telefone, o presidente da UNE acrescentou que um eventual envio do projeto deve “manter as diretrizes” anteriormente apresentadas pelo governo. Montalvão avaliou também que “difícilmente avançará no Congresso no momento atual”, em referência à votação de 75 votos contra 1 pelo adiamento da prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), no Senado Federal, no último dia 19.

No Conselho Universitário remoto da quinta-feira (28), a presidente da Adufrj, Eleonora Ziller também advertiu a comu-

nidade sobre investidas do governo contra as universidades, aproveitando-se do isolamento social. “Enquanto estamos ocupados, tentando salvar vidas em meio a uma violenta pandemia, numa estratégia brilhante, eles fazem passar a boiada. Vivemos um trágico paradoxo, só o isolamento nos salva do coronavírus e só a nossa decidida e forte união nos livrará desse governo da morte”, alertou a docente.

Eleonora Ziller defendeu a unidade para blindar a universidade: “Estamos resolvendo essa equação, estamos construindo novas formas de sociabilidade, de resistência, de participação. Aqueles que fizeram piadas de mau gosto com a nossa determinação em buscar novas formas de luta virão também se somar a esse movimento”.

O Future-se foi apresentado

pelo governo, em 2019, como uma proposta para aumentar a autonomia financeira das universidades e dos institutos federais, que poderiam ter mais liberdade para receber, por exemplo, doações ou outros recursos por meio do fomento ao empreendedorismo. Mas a proposta foi analisada com cautela por muitas entidades ligadas à educação.

A Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por exemplo, manifestou à época preocupações em relação à garantia de financiamento público das universidades. E, também sobre as metas de expansão, com qualidade, das matrículas da educação superior. Sobre o retorno à pauta Future-se, a entidade informou que aguardará a formalização da nova versão para se pronunciar.